



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**



**ATA Nº 02/2020 DA REUNIÃO DO PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO DA JME/RS**

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de 2020, às 10h, participaram, por meio de videoconferência (Plataforma Cisco Webex) o Corregedor-Geral da JME e Coordenador do Planejamento Estratégico da JME/RS Des. Mil. Sergio Antoni Berni de Brum, a Juíza de Direito Substituta da 2ª Auditoria Militar Dione Dorneles Silva, o Diretor-Geral Dirnei Vieira de Vieira, a Secretária de Plenário Aline Sanches, o Coordenador de Serviços de Tecnologia da Informação Dilnei Venturini, a Coordenadora de Serviços Administrativos Margarete Simon, a Coordenadora de Serviços Judiciários Joseane Busato de Lima Veiga, o Contador Diego Rodrigues Velho, o Dirigente do Núcleo de Gestão Estratégica José Carlos Albino, a Oficial de Gabinete da Corregedoria Luciana Amaral de Carvalho, o Oficial Escrevente da 1ª Auditoria Militar Lucas Pitrez Abarno, o assessor militar Gilson Wagner de Oliveira Alves e a ex-servidora da JME Dionês Gabana. A reunião foi aberta pelo Des. Mil. Sérgio Antonio Berni de Brum que, na condição de Coordenador do grupo de trabalho agradeceu aos integrantes presentes e reforçou a necessidade de que este novo planejamento se desenvolva dentro da nossa nova realidade em face da pandemia, desafio não só para a JME, mas para toda a sociedade. Destacou a importância das perspectivas e dos macrodesafios contidos na Estratégia Nacional do Poder Judiciário e que serão tratados nesta reunião, tais como "sociedade", "processos internos" e "aprendizado e crescimento". Em seguida foi concedida a palavra à Coordenadora de Serviços Administrativos Margarete Simon, que tratou do tema "Missão e Visão" (em anexo neste Sei nº 9.2020.0700.000687-4). Na oportunidade, asseverou que a "missão" seria assegurar à sociedade a efetiva prestação jurisdicional militar, no âmbito estadual, contribuindo para a manutenção da ordem pública, à luz da legislação penal militar. Ao falar da "visão", destacou ser considerada referência perante a sociedade como modelo de efetividade na prestação jurisdicional militar, consolidando jurisprudência no segmento castrense. Já, nos "valores" elencou a "ética" (integração em todas as atividades e ações), o "comprometimento" (empenho e envolvimento de toda a instituição em suas atividades), a "transparência" (disponibilização e divulgação da informações a sociedade, de forma a possibilitar a participação e o controle social), a "sustentabilidade" (adotar práticas econômicas viáveis, justas e ambientalmente corretas), "imparcialidade" (atender as demandas judiciais, assegurando as demandas da sociedade e priorizar os julgamentos aptos para equalizar jurisprudência no segmento da justiça militar. Assegurar a prestação jurisdicional militar, conferindo uniformidade a interpretação da legislação penal castrense e a "celeridade" (razoável duração do processo). Finalizou, que em razão da nossa nova forma de viver, acredita que estamos precisando cada vez mais nos cuidarmos, estamos vivenciando a "era dos cuidados", seja do ponto de vista pessoal, pois necessitamos de boa saúde e qualidade, como no sentido institucional, devendo haver total transparência aos nossos atos e ações. Ato contínuo, o Dirigente do Núcleo de Gestão Estratégica José Carlos Albino explanou que o grupo fará um estudo para estabelecer os Macrodesafios do TJM, definir conceitos e montar a estrutura do Mapa Estratégico BSC desta Casa e que sua apresentação será a respeito do tema "sociedade" que se divide nas garantias dos direitos fundamentais e no fortalecimento da estrutura e imagem do TJMRS junto à sociedade gaúcha (apresentação anexa no Sei nº 9.2020.0700.000687-4). Quanto ao primeiro, asseverou que se refere ao desafio de garantir no plano concreto os direitos e garantias fundamentais (artigo 5º da CF), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos. E, o segundo, trata da adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil. Ainda, sugeriu que no macrodesafio das garantias dos direitos fundamentais podemos dar como indicador o índice de acesso à justiça e o índice de decisões anuladas e, no macrodesafio do fortalecimento institucional do TJM perante a sociedade do RS, o indicador de pesquisa de avaliação e índice de transparência. Em seguida, o Diretor-Geral Dirnei Vieira de Vieira abordou os macrodesafios dos "processos internos", conforme se encontra nos quadros de sua apresentação anexa neste sei. Destacou que os verbos nos "processos internos" são sempre no sentido de promover, aperfeiçoar, promover e consolidar. A seguir, o coordenador de TIC servidor Dilnei Venturini apresentou o macrodesafio "aprendizado e crescimento", com um material (agregado ao Sei nº 9.2020.0700.000687-4) destacando o fluxo de trabalho, a Resolução 325 do CNJ, base do trabalho e, também ser fundamental considerar os ODS (objetivos do desenvolvimento social das Nações Unidas) no que couber à Justiça Militar. Sugeriu os indicadores do aperfeiçoamento da gestão de pessoas, do aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira e do fortalecimento da estratégia nacional de TIC e proteção de dados, que se encontram no referido material anexo. Depois, o Des. Mil. Sergio Antonio Berni de Brum se manifestou a respeito das exitosas explicações e solicitou aos presentes que se manifestassem também acerca das apresentações. Após todos terem feito suas pequenas considerações, ficou bem frisada a importância da gestão de pessoas, do teletrabalho e a necessidade de ser conectado o trabalho desse Planejamento Estratégico com todas as demais comissões da JMERS. Outrossim, o Des. Mil. Sergio Antonio Berni de Brum acrescentou ainda necessidade de se trabalhar em equipe com objetivos comuns, com diálogo e motivação. Por fim, o Coordenador Des. Mil. Sergio Antonio Berni de Brum destacou que a próxima reunião será em agosto e será marcada oportunamente, quando serão discutidos o BSC e as apresentações com o grande grupo. A reunião encerrou-se às 11h30min, mandando fosse lavrada a presente ata, por mim, Aline Sanches, designada para secretariar os trabalhos (SEI Id. 0050795), sendo que após lida será assinada por quem de direito.

Des. Mil. Sergio Antonio Berni de Brum,

Coordenador do Planejamento Estratégico da JME/RS



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <https://sei.tjmrs.jus.br/autenticidade>, informando o código verificador **0052357** e o código CRC **D56CC60D**.

Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul
www.tjmrs.jus.br

 **Justiça Militar**